

encontraban que la influencia patriota escapaba a su control⁷³. Así describía el cónsul británico en Montevideo a comienzos de 1825 a uno de los grupos de "patriotas", reservando el calificativo de "mejor clase" para el otro, compuesto por "los que habitan las ciudades", quienes "convencidos por experiencia de la poca influencia que tienen la propiedad, la jerarquía o la educación en sus compatriotas", "se inclinan a unirse a la federación de Buenos Aires". Los conceptos de "patria" y "soberanía" podían aplicarse a diferentes escalas territoriales y proyectar distintos modelos de organización política y social. La derrota del artiguismo en 1820 y la internación de su jefe en Paraguay permitieron la reapropiación de la voz "orientales" por parte de lo que el cónsul británico consideraba la "mejor clase" de patriotas. En el plano territorial el espacio se acotó al arco de los ríos Uruguay y de la Plata y en el plano político apuntó al establecimiento de un gobierno capaz de mantener el orden social, de tipo centralista, republicano y representativo.

5.

BRASIL E PORTUGAL: IDENTIDADES DISTINTAS? (1820-1825)¹

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves

Províncias do Brasil, ajudai-nos a reclamar a manutenção de vossos direitos como parte integrante deste Reino: a *identidade* quase geral do vosso território, das vossas produções, do clima e dos costumes dos vossos habitantes, os enlaços de família, amizade e comércio, que entre elas há, exigem imperiosamente, sobretudo nas circunstâncias presentes uma reciproca união e correspondência fraternal. [...] É justo que não desamparéis a vossos irmãos de Portugal na gloriosa empresa que tomaram, mas é igualmente justo que eles vos tratem como irmãos, em tudo e por tudo, e não como pupillos?

Era assim que se manifestava o *Despertador Brasileiro*, uma publicação avulsa, vinda à luz no final de dezembro de 1821. Denunciava os decretos exarados pelas Cortes de Lisboa em setembro daquele ano: o fechamento dos tribunais superiores, a extinção das instituições administrativas e a exigência da partida do príncipe regente para Portugal. Ainda que suas advertências tenham se revelado, mais adiante, decisivas para o dia do Fico (9 de janeiro de 1822), não propunha o *Despertador Brasileiro*, naquele momento, a separação entre Brasil e Portugal. Apesar de caracterizar uma identidade de valores, elemen-

73. José Pedro Barrán, Ana Freaga & Mónica Nicolletto, *El cónsul británico en Montevideo y la independencia del Uruguay*, Montevideo, Udelar, 1999, p. 68. Informe del cónsul Thomas Samuel Hood a George Canning, Montevideo, 31 enero 1825.

1. Este trabajo se inscribe nas tarelhas do "Proyecto de Investigación HAR2017-84032-P, y del Grupo IT615-13, respectivamente financiados por el Departamento de Educación, Universidades e Investigación del Gobierno Vasco, y por el Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España - Agencia Estatal de Investigación / Feder, Unión Europea".
2. *Despertador Brasileiro*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1821, f. 2-3. Grifo meu.

tos e sentimentos entre as Províncias do Brasil, afirmava a seus compatriotas dos dois lados do Atlântico que “a paz e a união serão sempre alvo dos meus desejos e conselhos”. Não pretendia a “desunião da causa”, que, até então, todos continuavam a seguir “voluntariamente”³.

Dessa forma, ainda que, no mundo luso-brasileiro, o termo identidade não trouxesse em si o significado posterior: em prestado pela historiografia, transformando-o em um conceito, à medida que se constitua por meio de uma nova experiência histórica, algumas de suas características faziam-se presentes naquela conjuntura⁴. Para além das *identidades de circunstâncias* — expressão mais comum na época — que nos dicionários era definida como “qualidade de ser a mesma coisa, e não diversa”, identidade também trazia em seu bojo um significado de “identidade de natureza”⁵.

Por conseguinte, os anos entre 1820 e 1825, época da entrada do Brasil e de Portugal na via da política moderna, mostram-se como um período privilegiado para se apreender as diversas expressões identitárias que cada uma das respectivas elites políticas e intelectuais luso-brasileiras forjava. Se, de um lado, as elites da metrópole procuraram recuperar a proeminência do reino europeu no interior do império luso-brasileiro, perdida em 1807, de outro, o Brasil buscava afirmar-se enquanto reino no seio do mesmo império. Nessa aboridagem, a Independência, mais do que desentendimento entre colonizador e colonizado, revelou-se uma luta pela hegemonia. Assim, esse texto analisa, por meio de escritos de circunstâncias que circularam nos dois lados do Atlântico, as imagens e as linguagens políticas eivadas

3. Idem, *Ibidem*, f. 1-2.

4. R. Koselleck, *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, [Trad. J. Paris, Ed. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990, p. 307-329.

5. Antonio de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, (v. 2), Lisboa, Tip. Laercidina, 1813, p. 126.

de preconceitos e estereótipos⁶, que permearam o imaginário político dos dois povos irmãos. Afinal se o processo de separação entre os dois reinos levou à criação de Estados independentes e autônomos, não foi capaz de desenvolver inúmeras identidades e afinidades que mantinham entre si. Para tal análise, utiliza-se o discurso político como ferramenta primordial que possibilita a compreensão das diferentes dimensões da realidade político-social e como um instrumento capaz de reconfigurar a própria sociedade que produziu tal discurso⁷.

* * *

Antigas aversões

A sociedade brasileira, no início do oitocentos, conservava-se basicamente rural, presa de tradições imemoriais, reforçada pela presença da escravidão, desestimulando a difusão da palavra escrita, sobre a qual a Europa, do Renascimento à Ilustração, tinha erigido uma nova concepção de mundo. Como resultado, segundo o historiador brasileiro Capistrano de Abreu (1853-1927), três séculos após o descobrimento, o Brasil não passava de uma coleção de cinco regiões etnograficamente distintas, em que apenas a língua, a religião, o entusiasmo pelas riquezas naturais da terra e certa “aversão ou desprezo” pelo português atuavam no sentido de uma aproximação⁸. Um pou-

6. Em recente visão historiográfica, demonstrada por meio da obra organizada por A. Pagden, *Facing Each Other*, a construção do “outro” não significa apenas uma simples apropriação política, mas a necessidade de dar algum sentido às crenças e à vida ética dos outros. O problema do outro é claramente um problema sobre relações. Anthony Pagden, “Introduction”, A. Pagden ed. *Facing Each Other: The World's Perception of Europe and Europe's Perception of the World*, Aldershot, Ashgate Publishing, 2000, p. XVII-XXXVI.

7. Ver R. Koselleck, *Le futur passé* ..., p. 99-119; J. G. A. Pocock, “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. Algumas considerações sobre a Prática”, in *Linguagens do ideário político*, São Paulo, Edusp, 2003, p. 63-82.

8. Capistrano de Abreu, *Capítulos de História colonial: 1500-1800*, 6ª ed., Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL, 1976, p. 212-213.

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves; Fátima Sá e Melo Ferreira;
Guilherme Pereira das Neves (Orgs.)

co mais tarde, além da língua e da religião, a tradição portuguesa fazia, do Brasil, no entanto, sede de uma monarquia e, alguns anos depois, lhe emprestava o primeiro imperador.

No final do século XVIII, o ilustrado Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário da Marinha e Ultramar (1796-1801) — e, posteriormente, quando da vinda da Corte para o Rio de Janeiro, Ministro dos Estrangeiros e Guerra (1808-1812) — insistia para que “o português, nascido nas quatro partes do mundo” se julgasse “somente português”, não se lembrando “senão da glória e grandeza da monarquia a que tem a fortuna de pertencer”⁹. Nessa concepção bastante original, e que influenciou decisivamente a geração de letrados e homens públicos que fizeram a Independência, Portugal e Brasil faziam parte de um mesmo todo, indivisível, constituído pela comunidade de portugueses espalhada pelo mundo, dotada do mesmo espírito, dos mesmos costumes, da mesma língua e da mesma religião. Comunidade que se integrava ainda por todos se considerarem súditos do mesmo soberano. Vislumbrava-se, assim, a constituição de uma ideologia secular, fundada na história de um passado comum, que está na base da moderna ideia de nação¹⁰.

No entanto, essa ideia de unidade escamoteava um espírito de recíproca aversão entre reinóis e mazonbos¹¹, que se manteve quase sempre latente ao longo do período colonial, em função dos obstáculos à ascensão social dos filhos dos portugueses nascidos na América portuguesa, e que recrudesceria quando do processo de autonomização brasileira. Aversão, fermentada ainda mais, na visão de época, em virtude da ingratidão demonstrada pelos portugueses radicados na América quanto a terra e seus habitantes:

9. Para as citações, ver André Mansuy D. Silva (Int. e dir), *D. Rodrigo de Souza Coutinho, Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*, v. 2, Lisboa, Banco de Portugal, 1993, p. 49.

10. François-Xavier Guerra, “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”, in István Jancsó (org.), *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, São Paulo-Ijuí, Editora Hucitec/Ed. Unijuí/ FAPESP, 2003, p. 53-60.

11. Filhos de pais portugueses, nascidos na América Portuguesa.

Linguagens da Identidade e da Diferença no Mundo Ibero-americano
(1750-1890)

Vinha um europeuzinho para o Brasil: [...] era logo agasalhado, vestido, estimado pelos negociantes filhos da terra, ou casados e estabelecidos nela; entrava a servir como caixeiro, juntava algumas patacas, punha seu armazinho, passava a ter uma loja, casava com uma rica brasileira; vai senão quando dizia aquele homenzinho à mulher e à sogra que elas eram mulatas; ao sogro, que era marcado; e que ele, homenzinho, era filho de um rico proprietário lá na sua terra; que veio ao Brasil com o fim de viajar; e que a sua maior desgraça foi contrair um casamento tão desigual, que muito desonrava a sua ilustre família, que tem armas na porta!¹²

Esse espírito de aversão entre os naturais da América e da Europa também era destacado pelo ministro de d. João VI, Silvestre Pinheiro Ferreira. Na informação verbal às Cortes de Lisboa, às vésperas da Independência em 1822, indicava que as raízes daquela situação eram muito antigas e profundas, mesclando-se ainda a conflitos sociais mais amplos. Ainda que os “Brasileiros” fossem “de seu natural, por clima e costumes brandos e dóceis, condescendentes e hospitaleiros”, a “maior parte dos Europeus”, que locavam o solo do Brasil não eram “homens de bons sentimentos” e viam nessa hospitalidade senão “servil respeito e baixeza” dos brasileiros, que só serviam para “inflamar o orgulho de sua imaginária superioridade”. Tal estado de coisas acirrava os ânimos entre distintas camadas sociais, assim descritos por Pinheiro Ferreira: “Branços europeus, brancos brasileiros, pretos e mulatos, uns forros, outros escravos, constituem tantas classes que se têm jurado ódio eterno em razão de antigas e não interrompidas queixas uns dos outros”¹³.

12. *Insatisf. histórico-político sobre a origem, progressos e merecimentos da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus, e brasilienses, ou elucidação de hum período da célebre acta do governo da Bahia datada de 18 de fevereiro do anno corrente escripto*, (Por R. J. C. M.), [1822], Rio de Janeiro, Tip. Moreira & Garcez, p. 14.

13. Silvestre Pinheiro Ferreira, “Informações às Cortes portuguesas por Silvestre Pinheiro Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portu-

Esse contexto, que forjou a Independência do Brasil, constituiu-se, portanto, em uma época reveladora das imagens e representações, próprias a cada uma das respectivas elites políticas e intelectuais dos dois lados do Atlântico, indicando os valores distintos que uma cultura política comum tinha a capacidade de assumir. Iniciada com o processo da Revolução Liberal do Porto, em agosto de 1820, que repercutiu no Brasil, em inícios de 1821, a agitação foi estimulada, nos meses seguintes, pela circulação cada vez mais intensa de jornais e de um grande número de panfletos, a princípio enviados de Lisboa, mas que logo passaram a imprimir-se localmente, dando a impressão de que subitamente se criara um espaço de política pública na América portuguesa¹⁴. Limitados, de início, ao círculo reduzido de uma elite alfabetizada, para a qual a maçonaria fornecia um novo espaço de socialidade, os debates não tardaram a estender-se, especialmente com a proliferação de panfletos manuscritos¹⁵, abrangendo outros atores, como pequenos proprietários rurais, artesãos, comerciantes miúdos, caixeiros, soldados, a massa de livres e libertos vivendo de expedientes nas ruas das cidades e até escravos, que viram nas lutas que se seguiram uma oportunidade de obter sua alforria.

Esses escritos de circunstâncias transformaram-se, por conseguinte, em eficazes meios de mobilização. Em virtude da grande polémica, que produziram, eram considerados como armas de combate provocadoras de uma “guerra de afrontas e calúnias”¹⁶, gal”, in Brasil, Documentos para a História da Independência do Brasil, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p. 40.

14. Cf. François-Xavier Guerra; Annick Lempérière et al., *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas. Siglo XVIII-XIX*, México, Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos / FCE, 1998.

15. José Murilo de Carvalho, Lucia Maria Bastos P. Neves & Marcello Basile (Orgs.), *As armas cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*, São Paulo/Belo Horizonte, Companhia das Letras/ Editora uimg, 2012.

16. *O Campeão Português em Lisboa derrubado por terra a golpes da verdade e da justiça, por hum brasileiro natural do Rio de Janeiro, que a offeria e dedica aos amantes da causa do novo Império Brasiliense*, Rio de Janeiro, Tip. de Torres & Costa, 1822, p. 4.

muito mais do que uma luta de espadas. Nessa “guerra literária”, da constitucionalização e da independência, como a chamou Luís Gonçalves dos Santos, o padre Perereca¹⁷, afloravam representações distintas sobre os dois povos outrora irmãos, revelando que buscavam, apesar de seu passado comum, construir, doravante, identidades próprias.

Barbaros! Incultos! Selvagens! Tupinambás! Horda de Negrinhos!¹⁸

No início do movimento constitucionalista no Brasil, em 1821, permanecia no espírito dos povos uma identidade ainda ligada à ideia de Portugal enquanto mãe-pátria. Escritos redigidos por portugueses, que também se consideravam brasileiros, difundiam essa ideia. Era da “Mãe-Pátria” que vinham as leis, os governadores, os gêneros preciosos para o vestuário e, sobretudo “de onde vinham as luzes, ou conhecimentos teóricos” e também “a nossa Religião”, “os usos, os costumes, os prejuízos, o fanatismo, e a superstição”. Talvez, na visão do militar Raimundo José da Cunha Matos, estes fossem os motivos dos

17. Luís Gonçalves dos Santos! Justa retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos brasileiros offendidos por varias asserções, que escreveu na sua carta em resposta ao Compadre de Belém, pelo Filho do Compadre do Rio de Janeiro, que a offerete, e dedica aos seus patrícios, Rio de Janeiro, Typographia Regia, 1821, p. 5. O panfleto encontra-se integralmente reproduzido em *O debate político no processo da Independência*, introdução de Raimundo Faoro, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973.

18. Estas são algumas expressões de época que os portugueses utilizaram para se referir aos brasileiros: as primeiras foram retiradas de *A todos os periodistas de Lisboa hum amigo da união do Brasil, sobre a Malagueira, Desperador Brasiliense, e Representação dos Paulistas*. Por Amigo da União, Reimpresso no Rio de Janeiro, Typographia de Moreira, e Garcez, 1822, f. 3. Eram alusões dos portugueses aos paulistas que fizeram um manifesto a favor da permanência de D. Pedro no Brasil. A última expressão é retirada da *Carta do compadre de Lisboa em resposta á outra do compadre de Belém ou juízo crítico sobre a opinião pública dirigida pelo Astro da Lusitânia*, Reimpresso no Rio de Janeiro, Tip. Real, 1821.

européus portugueses se julgarem no direito de *nos* tratar como os “Srs. de Feudos olhavam os seus Escravos”¹⁹. Mesmo sendo português, esse autor colocava-se ao lado daqueles, que se consideravam europeus brasileiros e que pertenciam ao grupo dos “coimbrãos”²⁰. Este grupo, que compunha parte das elites políticas, caracterizava-se por ter tido uma formação acadêmica em Portugal, fosse na Universidade de Coimbra, fosse nas Academias Militares, como era o caso de Raimundo da Cunha Matos, e também por agruparem os indivíduos cuja situação familiar era beneficiada, tanto em termos de capital econômico quanto de capital social e cultural. Assumia uma postura de crítica em face da estrutura do poder estabelecido, o Antigo Regime, sem traduzir, porém, sua proposta de uma ordem nova por meios revolucionários. Seus membros acreditavam num ideal reformista de cunho pedagógico, compatível com as luzes portuguesas²¹. Nesse sentido, sua luta voltava-se para a transformação política da sociedade do mundo português, sem, contudo, levantar a bandeira do separatismo brasileiro. Defendiam a proposta de um império luso-brasileiro, característico da geração de 1790, da qual faziam parte, embora, em meados do ano de 1822, aceitassem uma monarquia dual, tão bem caracterizada nas *Lembranças e Aparentamentos*, redigidas por José Bonifácio²², pois

19. *Ensaio historico-politico sobre a origem...* p. 27-28. Grifo do texto.

20. Para o conceito de coimbrãos, ver Lucia Maria Bastos P. Neves, *Corcundas e Constitucionais: a cultura politica da Independência*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, p. 86-88. O historiador R. Barman utiliza o conceito de elite luso-brasileira, caracterizando este segmento como o grupo formado por Coimbra. *Brazil: the forging of a Nation (1798-1852)*, Standford, Univ. Press, 1988, p. 76-7. Ver ainda José Murilo de Carvalho, *A construção da Ordem. A elite politica imperial*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.

21. Para o conceito de Ilustração no mundo luso-brasileiro, ver, entre outros, Luis A. de Oliveira Ramos, *Sob o signo das “Luzes”*, Lisboa, Imp. Nacional/Casa da Moeda, 1988; Maria Odília da S. Dias, Aspectos da ilustração no Brasil, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 278, 105-170, 1968; Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal, Temus e Problemas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2003.

22. *Lembranças e aparentamentos do Governo provisório da provincia de S. Paulo para os seus deputados*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1821.

significava a única maneira de continuarem ligados à civilização ilustrada europeia. Cunha Matos, no entanto, ainda que vislumbrasse uma identidade de costumes entre brasileiros da América e portugueses da Europa, não admitia que o Brasil fosse tratado como filho rebelde ou ingrato que se insurgia contra a mãe-pátria. As atitudes tomadas pelos nascidos na América portuguesa contra as Cortes de Lisboa (mais do que contra Portugal) eram respostas às intransigências das mesmas em relação ao tratamento que estas davam ao Reino do Brasil.

De outro lado, difundia-se no Brasil, por meio dos panfletos lusitanos na época da Revolução Vintista, a imagem de Portugal como uma “mãe terna”, que sempre escutou a seus filhos e tudo fazia para providenciar “remédio aos queixumes de um filho que adora”²³. Nessas primeiras disputas literárias entre os dois reinos, os portugueses, de um lado, ressaltavam a ingratidão do Brasil em relação à Pátria-Mãe, que lhe concedera tantos benefícios sob a forma do constitucionalismo, além de nada decidir sobre o Brasil sem primeiro conhecer seus desejos e consultar sua vontade. Em resposta, os naturais do Brasil, esses “irmãos bastardos ou filhos espúrios dos europeus”²⁴, buscavam naquele difícil momento — o de uma regeneração política — quebrar a integridade do império por meio de sua separação. De outro lado, os brasileiros viam nos escritos impressos em Lisboa um meio para “inflamar os espíritos e promover a desunião do Brasil”²⁵, devido aos insultos traziam, apontando questões que envolviam as representações imaginadas entre os dois povos. A Metrópole nada mais era para o Reino do Brasil do que a “velha Madrasta”²⁶, uma vez que os portugueses tentavam apenas readquirir seus antigos direitos.

Ainda nesses escritos de circunstância, outra imagem presente, que se perpetuou ao longo da primeira metade do século

23. *O Correio Extraordinário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 1, 23 de maio de 1822.

24. *Ensaio historico-politico sobre a origem, progressos...*, p. 52.

25. *Correio Braziliense*, Londres, v. 28, junho 1822, p. 729.

26. *O Regulador Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 11, 1822.

XIX, era a da superioridade portuguesa, regra geral, por meio de uma comparação física, reduzindo o Brasil a “um gigante, em verdade, mas sem braços, nem pernas”; e a umas poucas “hordas de negrinhos pescados nas costas da África”. Em comparação, Portugal era o “Jardim das Hespérides, os Elísios, deste pequeno mundo chamado Europa”²⁷, que concentrava em si todas as delícias e prazeres da terra. Na visão dos jornais publicados no Brasil, os brasileiros eram ridicularizados nas Cortes de Lisboa, sendo chamados de Tupinambás, Botecudos [sic] e de macacos²⁸. O já citado Raimundo da Cunha Matos lembrava que nos *Diários do Governo* de Lisboa, o “nosso Exército” era olhado como um “Corpo de Milicianos composto de dois pretos, dois pardos e um branco”²⁹.

No calor das discussões sobre as ideias liberais, o jornal português *Campeão Lisbonense*, ressaltava que o Brasil antes de sua descoberta era “um país de selvagens, de feras e de animais”. Portugal trouxera ao primeiro “a sua civilização e o seu aumento”, pois os brasileiros “foram se civilizando e domesticando pelos cuidados dos europeus lusitanos que ali se estabeleceram”³⁰. Revivia-se o antigo ponto de vista, no qual decididamente a percepção de uma superioridade europeia fazia-se sentir, transmitindo ao “nobre selvagem” uma cultura e uma vida civilizada, aflorando-se os ideais de uma Nação que tinha como proposta transmitir as luzes à sua colônia³¹.

Em oposição, para os brasileiros o único laço que podia entreter “a união política de Impérios tão distantes” era o de “uma benevolência recíproca e de uma igualdade absoluta, que destru-

27. *Carta do compadre de Lisboa em resposta ...*, p. 15.

28. *Reverbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, v. 2, n.º 2, 4 de junho de 1822.

29. *Ensaio histórico-político sobre a origem, progresso...*, p. 32.

30. Lisboa, *Campeão Lisbonense*, n.º 105, apud *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 106, 1 setembro 1822.

31. Anthony Pagden, *European Encounters with the New World. From Renaissance to Romanticism*, Yale/London, University Press/New Haven, 1993, p. 1-15.

ísse todas as ideias de superioridade, incompatíveis com o grande princípio de que as Nações não são propriedade de ninguém”³². Vislumbravam-se as versões diferentes que cada grupo possuía sobre a ideia de união. Para os portugueses, o Brasil era parte integrante de um Reino Unido; para os brasileiros, a união significava a formação de um Império indissolúvel, composto, porém, de dois Reinos distintos, que teriam direitos e deveres recíprocos. Essa polémica entre escritores brasileiros e portugueses, d’além-mar, travada por meio da guerra de panfletos políticos, não chegou, contudo, a apontar a independência como solução imediata, embora tais cartas e artigos lusitanos, exaltando a superioridade de Portugal sobre o Brasil, levassem ao acirramento da animosidade entre as elites dos dois lados do Atlântico. Embora ainda partilhassem algumas identidades de natureza comum, cada lado do Império começava a possuir visões distintas de leitura de um mesmo acontecimento do presente³³ — a Revolução Liberal de 1820.

A terra dos macacos...

Ainda no final do século XVIII, o poeta português Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805), ao se referir a uma sessão da Nova Arcádia ou Academia das Belas Artes, em Lisboa, em 1792, que era presidida na ocasião pelo padre Domingos Caldas Barbosa, mestiço natural da América, procurava em cada linha de seus versos fazer uma desdenhosa alusão à personagem

32. *Oração de ação de graças, que recitou na Real Capela, no dia 26 de fevereiro, solenizando-se por orden de sua alteza real o primeiro aniversário do juramento de El-rei e o povo desta corte à constituição lusitana*, &, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1822, sem numeração de páginas.

33. Tal questão demonstrava que no Brasil delineavam-se novos aspectos da cultura política dos liberais, em que se reabriram recusos e atrações, a partir das quais os dois atores formulavam seus objetivos, traçavam de alguma forma sua visão de mundo e como esta moldava seu campo de ação. Cf. para esse conceito de cultura política, Pierre Rosanvallon, *Pour une histoire conceptuelle du politique*, Paris, Seuil, 2003.

gem — o neto da rainha africana Ginga, com as roupas sujas de restos de comida (chanfana), tocando como um orangotango a viola (banza)³⁴. Em outra clara demonstração da superioridade portuguesa face aos povos, Bocage registrava em seus versos a percepção que mais foi incorporada ao imaginário da população luso-brasileira, perpetuando-se ao longo do século XIX: o Brasil como a terra dos macacos.³⁵

Em 1821, os panfletos identificam o Brasil como a “terra dos macacos, dos pretos e das serpentes”; enquanto a de Portugal, ao “país de gente branca, dos povos civilizados e amantes de seu soberano”³⁵. Retalhando essa designação, aplicada ao Brasil, os escritos produzidos em terras brasileiras consideravam Portugal como a “terra de lobos, de galegos e de raposas”. Se nestas terras, existiam “Pretos que nos servem; e nos nossos matos os Macacos e as Serpentes: também lá servem os Galegos e vivem nos bosques os Lobos e as Raposas”³⁶. O português passava a ser identificado como “um gárrulo mesquinho, um declamador insolente, um verme obscuro, que debaixo do chocarreiro nome de compadre de Lisboa ousou enxovalhar o país”, “menosca-bar” os direitos dos brasileiros e “insultar” a família brasileira³⁷.

Dessa forma, no momento da separação entre Brasil e Portugal, criavam-se identidades distintas em que a “mãe-pátria” se colocava como o berço da civilização luso-brasileira, desdenhando sua antiga colônia como a terra dos macacos. Além

34. Os versos eram: Preside o neto da rainha Ginga/À corja vil, adulado-ra, insana:/Traz sujo moço amostras de chanfana/Em copos designais se esgota a pinga:/Vem pão, manteiga e chá, tudo à catunga;/ Mascá farinha a turba americana;/E o orangotango a corda à banza abana./ Com gestos e visagens de mandinga. Bocage, *Poesias*, Seleção, Prefácio e notas pelo Prof. Guerreiro Murta, 5ª ed. Lisboa, Sá da Costa, 1974, p. 102.

35. *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra...*, p. 15-6.

36. *Carta que em defesa dos Brasileiros insultados escreve ao Sacristão de Carahy o Estudante Constitucional, amigo do filho do Compadre do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1821, p. 16.

37. *Discurso que em desagravo aos brasileiros ofendidos pelo compadre de Lisboa na sua carta impolítica dirigida ao compadre de Belém*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1821, p. 3.

disso, Portugal demonstrava sua superioridade tanto em termos de forças morais e físicas. Quem mais perdia com a separação, na ótica dos escritos de circunstâncias portuguesas, era o Brasil porque “não sendo ainda nação reconhecida estará exposto a ficar por muitos anos sem esse reconhecimento político”, o que obrigaria a pesados sacrifícios para alcançar tal patamar frente às nações europeias. Na mesma proporção, perdia o Brasil suas forças físicas, porque não só “perde o mercado exclusivo de Portugal”, como também o “comércio da escravatura de África, sem o qual não pode repentinamente passar a sua agricultura”³⁸.

Mais grave, a necessidade de diminuir o Brasil em função de identificá-lo à terra dos macacos ligava-se também à questão da escravidão. A decisão dos brasileiros de romperem com a Pátria-mãe abria a possibilidade de uma terrível guerra civil com o desmembramento das províncias. Porém, o mais fatal de todos os perigos, segundo as ameaças veladas dos autores portugueses, era o “passar talvez de senhor a ser escravo; ou a ter por senhores esses mesmos escravos africanos e negros, a que por hora só pode conter apoiado na antiga e venerada égide do poder de Portugal”. Nessa visão, o Brasil possuía dentro de si “tão poderosa gangrena política”, que “em seu juízo perfeito ou ainda com o mais pequeno amor da pátria”, não podia expor-se “ao perigo funesto de ver reduzido seu belo país a uma bárbara colônia de negros Africanos”³⁹. Para reforçar as opiniões de que o Brasil podia ser identificado à selvageria e à “terra-dos-macacos”, citava o “exemplo terrível” da revolta de São Domingos, que certamente aconteceria de modo semelhante em um país em que “há seis escravos, ao menos, para um só senhor”⁴⁰.

A identificação do Brasil no imaginário não só português como também europeu como a terra dos macacos perdurou por todo o oitocentos. No difícil momento para garantir seu reco-

38. *O Campeão Português em Lisboa ou Amigo do povo e do Rei Constitucional*, Lisboa, v. 1, nº 6, 11 de maio de 1822. Grifo do texto.

39. *O Campeão Português em Lisboa ...*, v. 1, nº 6, 11 de maio de 1822.

40. *O Campeão Português em Lisboa ...*, v. 1, nº 6, 11 de maio de 1822.

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves; Fátima Sá e Mello Ferreira;
Guilherme Pereira das Neves (Orgs.)

nhcimento como Império independente pelas potências europeias, ainda no contexto de uma Europa conservadora, regida pela Santa Aliança, as imagens de sociedade que ainda não havia atingido o verdadeiro grau de civilização apresentavam-se em diversas circunstâncias. Assim, algumas peças foram encenadas em Paris, em que a personagem principal da trama era o "macaco brasileiro". A primeira intitulava-se *Jocko ou Le Singe du Brésil*⁴¹. Era um drama em dois atos, mesclado de música, danças e pantomimas, representado nos teatros parisienses em março e junho de 1825. O enredo voltava-se para a história de um rico comerciante português, Fernandez, estabelecido no Pará, que criou e domesticou um macaco – Jocko. Este depois de muitas travessuras, salvou a vida de seu filho, durante um naufrágio, matando, em seguida uma cobra, prestes a morder o menino. Paralelamente, desenrola-se uma história de amor: Dominique, filho do administrador da plantação, que era um português, apaixonou-se por Cora, uma nativa, considerada uma jovem "selvagem". No entanto, o "singe do Brasil" acabou sendo morto por um tiro de um caçador. É curioso que os nomes dos personagens da peça eram quase todos retirados do francês, mesmo os das duas crianças brasileiras, chamadas de Lingot e Sophie. A única exceção era Pedro, o administrador português das plantações. Destaca-se que esse era o nome do Imperador do Brasil. A peça fez enorme sucesso de tal forma que o público exigiu que o macaco sobrevivesse nos espetáculos seguintes. Inúmeras encenações foram realizadas em Paris e nas províncias. Membros da família real francesa foram assistir a peça, como a duquesa de Berry⁴².

Ainda em 1825, outras versões sobre a obra foram apresentadas, inspiradas na mesma temática. Outra peça, *Sapajou*

41. *Jocko ou le Singe du Brésil, Drame en deux actes, à grand spectacle, mêlé de Musique, de Danses et de Pantomime* par MM. Gabriel et Rochefort, Paris, Chez Quoy, Libraire, 1825.

42. Tal referência encontra-se na capa da peça que foi impressa em Paris.

Linguagens da Identidade e da Diferença no Mundo Ibero-americano
(1750-1890)

*ou Le Naufrage des Singes*⁴³, foi representada no Teatro de La Gaîté, em Paris, em 3 de agosto de 1825. Sapajou era um macaco típico da América, que se reproduziu nas florestas úmidas e quentes da região central e sul desse continente, especialmente na floresta amazônica. O ambiente da peça era o de uma colônia escravista, de agricultura tropical, onde Sapajou fora criado, tornando-se tão forte como um homem e tão maldoso como uma mulher. Em torno de uma série de preconceitos, que envolviam não apenas Sapajou, mas também a representação dos escravos e do papel submisso da mulher, a peça se desenrolava como uma "loucura em dois atos".

Para se comprovar o sucesso dessas peças, em que o Brasil era uma "terra exótica", sabe-se que Jocko foi encenada em Moscou em 1827, sendo traduzida para o russo por Zoltov *Jocko - brazil'skaia obeziana*, mantendo-se em cartaz por várias décadas⁴⁴.

A notícia de tais representações não deixou de circular entre os dois lados do Atlântico. Em 1826, a imperatriz do Brasil, d. Maria Leopoldina, escrevia indignada em uma carta a sua amiga e confidente, a inglesa Maria Graham, que estava sendo encenada uma peça de teatro em Paris, o *Macaco do Brasil*.

43. M. Monkey, *Sapajou, ou le naufrage des singes, folie en deux actes, mêlé de pantomime et de danse*, Paris, Chez Bezou, Libraire, 1825. A peça de teatro era de autoria de Frédéric Du Petit-Mèrè (1785-1827), que apenas nessa peça usou o pseudônimo de M. Monkey.

44. Andréa de Barros, Machado de Assis na Rússia: estudos de recepção literária (1960-2010), tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2012, p. 54. Segundo a mesma autora, em 1832, publicou-se também em Moscou, a partir da tradução do francês do livro *Jacaré-água ou os Tupinambás. Crônica Brasileira*, de Gavel e Boucher. A obra trazia diversas informações sobre a história do Brasil, baseado nos livros de F. Denis e nas traduções de Caramuru, de Santa Rita Durão, e de versos de Tomás Antônio Gonzaga, por E. G. de Monglave. O tema do romance *Brazil'skaia Khronica* era baseado na descrição do amor do jovem chefe indígena, Tamandúá, pela filha de Coutinho, Inês. Grande parte do romance era dedicada à descrição da luta dos índios com os portugueses conquistadores. De qualquer forma, a identificação do Brasil com imagens exóticas ainda continuava a povoar o imaginário social europeu. Idem, *Ibidem*, p. 54.

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves; Fátima Sá e Melo Ferreira;
Guilherme Pereira das Neves (Orgs.)

Esta peça satirizava o Brasil e demonstrava “a leviandade do caráter da nação francesa” em dar importância a mesquinhas. Em outra correspondência, a imperatriz afirmava que d. Pedro I estava profundamente aborrecido com tais questões. Segundo o historiador Rodolfo Garcia, tal obra devia ser *Sapajou ou Le Naufrage des Singes*, no entanto, pode-se afirmar que se tratava, principalmente, da primeira peça — *Jocko ou Le Singe du Brésil*⁴⁵.

Para demonstrar como essa identidade marcou fortemente as relações ambíguas entre Brasil e Portugal, ainda na segunda metade do século XIX, pode-se citar uma querela entre periódicos de Portugal e Brasil que possibilitava novos desencontros e formulações de identidades, que procuravam manter a visão negativa do país. Em artigo publicado no periódico português *Asmodeu*, em 1857, lia-se:

O brasileiro é tipo caricato em França, em Inglaterra, em Espanha e em todas as nações que não sejam o Brasil; mas é-o muito mais entre nós, que somos a origem dessa nova espécie de animal curioso, transição do macaco para o periquito; do quadrúmano de que possui a figura e da ave da qual origina a fala e a cópia da plumagem. [...]

O brasileiro nasceu nosso, como tal é mais nosso do que do inglês, do francês ou do espanhol. Fugiu-nos, nacionalizou o coco e a banana e tornou-se independente; em brenhou-se nas selvas, amou o orango-tango e a arara, fundiram-se as espécies, degenerou a raça, e da antiga origem só lhe ficou a linguagem decadente e arrastada⁴⁶

45. As cartas de D. Leopoldina à Maria Graham foram publicadas na obra *Escoço Biográfico de Dom Pedro I*, de autoria de Maria Graham, cuja primeira edição em português foi feita por Rodolfo Garcia, em 1938. Foi utilizada para esse texto a seguinte edição: Maria Graham, *Escoço Biográfico de Dom Pedro I*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2010, p. 276. Para a peça, ver M. Monkey, *Sapajou, ou le naufrage des singes, folie en deux actes, mélée de pantomime et de danse*, Paris, Chez Bezou, Libraire, 1825.

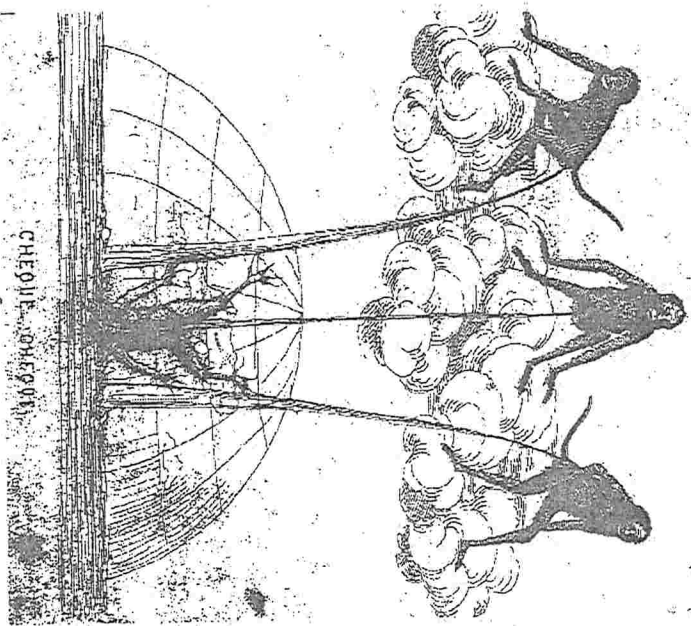
46. *Asmodeu*, Lisboa, 26 de julho de 1857.

Linguagens da Identidade e da Diferença no Mundo Ibero-americano
(1750-1890)

A polêmica prosseguiu por meio de resposta em *O Brasileiro, folha livre e independente*. Nela afirmava-se que “as palavras incertas nas suas colunas custam a crer que saíssem de uma pena científica digna da Ilustração do Povo Português” e rebaixavam-se as críticas, procurando mostrar o pouco grau de civilização e progresso de “Asmodeu, príncipe de Satã”. Dizia ainda que sua pena fora movida por um frenesi de ideias, pois em um desses devaneios, Asmodeu desceu da “cadeira magistral de jornalista e precipitou-se no lodagal dos impropérios”⁴⁷. Também *Marmota* e o *Jornal do Commercio* rebateram duramente as críticas ao artigo, estampando-se caricaturas dos portugueses, que os ridicularizavam. Em novembro, *O Asmodeu* desculpava-se, afirmando que apenas esboçava o “tipo do americano do sul”, que em Portugal apresentava-se como “ridículo e amacacado”. De modo algum, em sua linguagem, pretendia “menosprezar a briosas nação brasileira”. A resposta final vinha estampada por meio de uma caricatura em *O Brasileiro* — três macacos sobre as nuvens defecavam sobre a terra, em uma parte identificada a Portugal, ao mesmo tempo que um diabo abatido, caía de cabeça para baixo. Os macacos simbolizavam o Brasil e seu povo e o diabo, o redator português. A charge marcava a superioridade da antiga colônia sobre sua Mãe-Pátria⁴⁸.

47. *O Brasileiro, folha livre e independente*, Rio de Janeiro, nº 1, 01 de novembro de 1857.

48. Cf. *Asmodeu*, Lisboa, 14 de novembro de 1857; *O Brasileiro, folha livre e independente*, Rio de Janeiro, nº 9, 14 de janeiro de 1858.



Fonte: *O Brasileiro, folha livre e independente*, Rio de Janeiro, nº 1, 01 de novembro de 1857. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Assim, existia um “capital de imagens”, algumas vezes positivas, outras negativas, que o Brasil forjava de Portugal com elementos de sua própria sociedade. Essa curiosa oscilação entre a aproximação e a rejeição era justificada, uma vez que a tradição e a cultura portuguesa encontravam-se ainda profundamente enraizadas nas instituições e no cotidiano do Brasil.

A versão negativa sobre o Brasil servia como instrumento de disputa entre brasileiros e portugueses, principalmente entre 1820 e 1825, continuando a se manter ainda no século XIX. “A terra dos macacos” ficava no imaginário social e abria a possibilidade de se construir uma nova identidade para o povo colonizado.

Ser brasileiro ... Ser português ...

Todas essas imagens e representações sobre o Brasil mostravam identidades distintas entre os dois povos. Brasil e Portugal, após 1822, não eram mais “os povos irmãos” de outrora. Bem verdade, que ainda não era possível definir com clareza o conceito de brasileiro naquele momento. Restava, portanto, buscar as raízes e a identidade do que era ser brasileiro. Às vésperas da separação de Brasil e Portugal, brasileiro permanecia restrito à ideia de local de nascimento, ou de moradia, e ainda não adquiria seu sentido moderno, conotando uma identidade coletiva, quer cultural, política ou social. Nas cartas dos compadres, escritas em desagravo às ofensas feitas pelo compadre de Lisboa, brasileiros eram “não só os filhos dos portugueses nascidos no Brasil, como também os mesmos portugueses europeus estabelecidos e moradores no país”⁴⁹. No *Correio Braziliense*, em fevereiro de 1822, Hipólito da Costa distinguia o brasileiro, “natural do Brasil”, do brasileiro, isto é, “o português europeu ou o estrangeiro, que vai lá negociar ou estabelecer-se”, porque julgava que, de acordo com a língua portuguesa, a “terminação eiro denota a ocupação; exemplo, sapateiro, o que faz sapato; [...] brasileiro, o que negocia brasis ou gêneros do Brasil”⁵⁰.

Dessa forma, tornava-se necessário encontrar qualquer elemento que pudesse emprestar identidade ao Brasil. Os construtores da Independência, que foi oficializada com a aclamação do imperador Pedro I, em outubro de 1822, procuravam despertar tais sentimentos. Na própria festa da aclamação, descrita pelos jornais da época, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o *Espelho*, o *Volantim* e o *Correio do Rio de Janeiro*, os redatores eram unânimes em narrar a pompa e o ar solene do evento, a que compa-

Festa da Aclamação

49. *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo dos brasileiros offendidos por varias asserções, que escreveu na sua carta em resposta ao compadre de Belem, pelo filho do compadre do Rio de Janeiro, que a offerece e dedica aos seus patrióticos*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1822.

50. *Correio Braziliense*, Londres, v. 28, nº 165, fev. 1822.

receram representantes de todos os segmentos sociais: militares, clero, homens bons, nobreza e povo. Acompanhando a família imperial, vinha um pequeno grupo de exploradores que faziam parte da Guarda de Honra, seguido de três moços da Estribeira que, pela primeira vez, representavam as "diversas cores, além dos brancos", que compunham a "povoação brasileira": "um indígena do país de cor bagá", outro "dos oriundos da Costa da África de cor preta", e outro "de mestiços do país de cor parda", além de moços de Estribeira de cor branca. Era significativa a inclusão desses elementos da nação brasileira, representando o novo Império que estava sendo edificado, embora não se pretendesse alterar o quadro geral da estrutura social para garantir aos negros e indígenas o direito de serem considerados cidadãos, como pregavam os princípios liberais⁵¹.)

Debret, o artista neoclássico francês, que viera para o Brasil em 1816, idealizou uma alegoria semelhante para o "pano de boca" — um cortinado disposto no teatro de São João, na corte do Rio de Janeiro, onde d. Pedro devia fazer um discurso e assistir o espetáculo de teatro, com óperas de Rossini. Na alegoria, o governo imperial era representado por uma mulher, que trazia um manto de fundo verde — como as florestas do local — e todo bordado de ouro, numa alusão à riqueza da terra. Esta simbolizava a América, cujo braço esquerdo trazia um escudo com as armas do Império e, com a espada na mão direita, sustentava as tábuas da Constituição. Identificavam-se todos os elementos da população brasileira, com índios armados reunidos aos soldados brasileiros, a rodear o trono. Do outro lado, aparecia uma família negra, em que uma criança com um instrumento agrícola acompanhava a mãe, a qual, na mão direita, segurava um machado destinado a derrubar as árvores das florestas e a defendê-las de seus usurpadores, enquanto na outra portava o fuzil do marido arregimentado e pronto para partir. Do lado oposto, ainda havia a figura de um oficial de marinha, com o estandarte da Independência.

51. *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 125, 17 outubro 1822. *O Espelho*, nº 95, 15 outubro 1822.

dência e uma espada sobre uma peça de canhão, voltado para sustentar o governo imperial. Encontrava-se também uma barca carregada de sacos de café e maçãs de cana-de-açúcar, símbolos da riqueza agrícola do país. No centro, em frente ao trono, uma cornucópia derramava frutas brasileiras, demonstrando a abundância da terra. No alto, farnas se lançavam para divulgar às quatro partes do mundo a Independência do Brasil. Sem dúvida, a alegoria simbolizava a constituição não só de um Império distinto de Portugal, mas de uma nova nação, que todos os habitantes se mostravam dispostos a defender e cujo governo indicava seu respeito pela Constituição⁵². Sem dúvida, tal alegoria não significava um país unificado, mas já se podia vislumbrar que a concepção de identidade começava a estar associada à variedade dos povos que compunha a população brasileira.

Multiplicaram-se também versos, hinos e proclamações em homenagem ao Império e ao seu soberano. Nas lojas de fazendas, tornou-se usual o anúncio da venda de fitas de cor de ouro com a legenda "Independência ou Morte"⁵³. Segundo os jornais, na Corte, as roupas substituíam o azul e branco da monarquia portuguesa pelo verde e amarelo, as novas cores nacionais, que representavam as casas de Bragança e de Habsburgo, do imperador português e da imperatriz austríaca.

O laço nacional transformava-se num distintivo de adesão à causa brasileira pois seu uso era um "público sinal dos honrados sentimentos de nossos patrióticos corações". O Brasil vestia-se de verde e amarelo, construindo-se um espírito de patriotismo. Alguns dias em seguida ao decreto, anunciava-se no jornal *O Volantim* a venda de "fitas cor de ouro com a legenda Independência ou Morte, a doze vinténs" cada uma, nas lojas de fazenda da rua da Quitanda e da rua da Cadeia⁵⁴.

52. J. B. Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, (t. 2), São Paulo/Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1978, p. 326-9. Ver também, *O Espelho*, nº 110, 6 dezembro 1822.

53. *O Volantim*, nº 23, 27 setembro 1822.

54. Decreto de 18 setembro 1822, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1822. Proclamação aos Maricacenses, *O Volantim*, nº 29, 4 outubro 1822. Última

Como manifestação dessa construção do ser *brasileiro*, um sinal bastante curioso difundiu-se pelo Império do Brasil: baianos e pernambucanos recorreram a uma original troca de nomes. Dentre os primeiros, os redatores de *O Constitucional*, Francisco Gomes Brandão e Francisco José Corte Real, passaram a chamar-se, respectivamente, Francisco Gomes Brandão Montezuma — mais tarde, Francisco Gê Acaíaba de Montezuma — e Francisco José Corte-Nacional — em seguida, Corte-Imperial⁵⁵. Os segundos preferiram referências à fauna brasileira e divulgavam nas notícias particulares de *O Volantim* a alteração escolhida: José Maria Miguéis tornava-se José Maria Miguéis Bem-Te-Vi; o padre Pedro Antônio de Souza assinava-se doravante Pedro Antônio Cabra-Bode; Joaquim José da Silva transformava-se em Joaquim José da Silva Jacaré. Tais mudanças levaram o jornal baiano *Espreitador Constitucional*, favorável à causa portuguesa, a lamentar, em 1822, que os netos de Portugal abandonassem os sobrenomes de seus antepassados para adotarem, orgulhosos, os de “Caramurus, Tupianambás, Congo, Angola, Assuá”, e outros⁵⁶.

Dessa forma, a partir de 1822, identificava-se cada vez mais o brasileiro com aquele nascido no Novo Mundo ou que adotara o Brasil como sua pátria. Esta não mais era apenas mais a terra do nascimento. A pátria começava a se transformar em uma “mãe comum”, pois, doravante, cabia aos cidadãos ser os intérpretes de sua vontade, pois eles se constituem nos “beneméritos eleitores” que possuíam os “destinos da Pátria” em suas mãos⁵⁷. Um artigo da *Gazeta do Rio de Janeiro* dava ao adjetivo brasileiro uma conotação de identidade coletiva: “Apareça mais na

citação em *O Volantim*, nº 23, 27 setembro 1822.

55. Para Montezuma, ver BN-DMiss. D. B. C522.2. Para Francisco José Corte Real, cf. Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*, Rio de Janeiro, Kosmos, 1946, p. 412.

56. Para a crítica, ver Bahia. *Espreitador Constitucional*, nº 2, agosto 1822. Grifo do original

57. *O Papagaio*, nº 11, 27 julho 1822.

história política das nações o exemplo do valor *brasileiro*, proclamando a sua Independência”. Iniciava-se o questionamento de que os dois reinos, outrora unidos, formassem a mesma nação. No Rio de Janeiro, em *O Espelho*, um “brasileiro puro”, escrevia não saber que “diabo de Nação é a Lusitana brasileira”, embora tivesse certeza de que havia um Império do Brasil e que seu imperador era o “excelso Pedro I”⁵⁸. Mesmo para os portugueses, tal reflexão era feita. O deputado José Antonio Guerreiro, segundo o historiador Valentim Alexandre, representou a mais elaborada reflexão sobre a noção de Pátria, em que incluía entre os elementos constitutivos do fato nacional a “unidade de sentimentos”, ou seja, a consciência da unidade nacional. Assim, afirmava que “quanto à unidade de sentimentos [necessária para a união] entre brasileiros e europeus, a natureza pôs um obstáculo invencível na sua existência”. O vasto oceano Atlântico era “uma barreira imensa” a separar os dois povos. Somente “por abstração é que podem considerar-se unidos países tão distantes; diverso clima, diversos hábitos, diversas afecções, interesses diversos e muitas vezes contrários, tudo se opõe a que Portugal seja o objeto do patriotismo brasileiro”. Ainda segundo o deputado, não podia haver perfeita unidade, porque “o amor da Pátria começa no homem pelo amor de si mesmo: nenhuma ligação nos une a um terreno só pela simples qualidade de termos nascido nele”. E prosseguia:

É neste sentido que os brasileiros não podem ter unidade de sentimentos com seus irmãos de Portugal; [...] os sentimentos dos portugueses dos dois hemisférios divergem e vão procurar cada um o seu centro a milhares de léguas de distância. Há sem dúvida um obstáculo invencível para que Portugal e o Brasil possam ter uma unidade perfeita⁵⁹.

58. *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 142, 26 novembro 1822. Grifo do texto. *O Espelho*, nº 140, 21 março 1823.

59. Para a fala de Guerreiro, ver *Diário das Cortes*, sessão de 4 julho 1822, p. 692. Para a opinião de Valentim Alexandre, cf. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto, Afrontamento, 1995, p. 689-691.

Ficava claro que, doravante, os dois Reinos não formavam uma só Nação, pois o Império do Brasil se tornara independente do Império de Portugal e devia se constituir como um todo separado.

No entanto, nas províncias do Pará, Maranhão e mesmo Bahia, em alguns escritos, as identidades entre Brasil e Portugal continuavam a existir. Um artigo no jornal *Conciliador do Maranhão* sobre o movimento constitucional no Pará afirmava que os Paraenses de escravos se transformaram em Homens, de Homens em Cidadãos e de Cidadãos em Heróis. Assim, uma perfeita igualdade perante a Lei, deu a todos “um só nome o de PORTUGUEZ”. Os Paraenses estavam convencidos que “um mesmo sentimento parecia ser o que os levava ao mútuo respeito, ao público entusiasmo, a estreitar e a reconhecer a sua identidade e União com seus Irmãos Europeus”⁶⁰.

As disputas, portanto, continuavam. Na Assembleia Constituinte de 1823, em um debate sobre o tema da naturalização dos portugueses, o termo brasileiro introduziu-se na linguagem do poder, afirmando o deputado Carneiro de Campos que o nome *brasileiro* deixava de indicar apenas o local de nascimento e passava a significar “qualidade na esfera política”⁶¹. Na ausência, porém, de uma tradição cultural própria, distinta da herança lusá, que emprestasse consistência a essa percepção, a única forma de definir o brasileiro era pelo que o termo excluía. E, nenhuma ideia se oferecia com maior facilidade para exercer este papel do que a de *ser português*.

Ainda assim se tornava bastante difícil definir os critérios de uma nacionalidade, quando da organização do Império do Brasil. As elites não dispunham de uma consciência própria e original para dotar o país com a alma e a personalidade de uma nação, enquadrando-o, como pretendiam, no modelo europeu. A própria ideia de Pátria caminhava entre a visão tradicional de “a terra

onde alguém é natural” e a perspectiva de um sentido moderno e revolucionário, em que a pátria se transformava em “coisa pública: [...] a coleção de nossos concidadãos, de nossas mulheres, de nossos filhos é Pátria”. Portanto, a Pátria pertence a todos, pois era a “mãe comum”. Naquele momento, porém, a imagem da pátria estava cindida; ela não mais possuía Portugal como mãe comum. Era preciso estabelecer quais os parâmetros para decidir se o indivíduo podia ser considerado um cidadão brasileiro, uma vez que o critério de nascimento era abandonado⁶².

Os folhetos políticos, utilizando-se dos mesmos argumentos e princípios da imprensa periódica, também passaram a expressar sua opinião sobre a questão. D. Periquito da Serra dos Órgãos, pseudônimo do autor de alguns pasquins políticos, congratulava-se com os brasileiros que, doravante, possuiriam uma representação semelhante às grandes nações da Europa, pois da Assembleia deviam “sair os caracteres de nossa qualificação política na hierarquia dos povos civilizados”. O Brasil igualava-se a Portugal. Não era mais possível aceitar insultos dos “pés-de-chumbo”, como o de um estudante de Coimbra que fora ao soberano Congresso passar as férias e considerava este povo como posto por “raças de Tupinambás e Botocudos [sic]”. Em meio a essas “tribos” levantavam-se agora “homens de um caráter firme e inabalável” que, ao sentarem-se no Congresso brasileiro, iriam conservar “os olhos fitos nos direitos das gentes”⁶³.

Para diminuir, em parte, alguns desses conflitos entre brasileiros e portugueses, tentou-se definir provisoriamente a questão dos direitos de cidadania, por decreto de 14 de janeiro de 1823, admitindo-se como cidadãos brasileiros os portugueses já residentes no Brasil, e também aqueles aqui chegados após a data, se, perante as Câmaras Municipais, jurassem fidelidade ao Impé-

60. *O Conciliador do Maranhão*, nº 189, 3 de maio de 1823.

61. *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil — 1823*, (v. 1), sessão de 19 de junho de 1823, Brasília, Senado Federal, 1973, p. 244. (Edição fac-similada).

62. *Ensaio histórico-político sobre a origem, progressos ...*, p. 5.

63. *Considerações sobre as Cortes do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. do Diário, 1822, p. 5. D. Periquito na *serra dos Órgãos congratulando-se com os seus companheiros, e aconselhando para que bem se dirijão nas actuaes circunstâncias*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1822, p. 1.

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves; Fátima Sá e Melo Ferreira;
Cuthlherme Pereira das Neves (Orgs.)

rador e à nova pátria. Em maio de 1823, ao longo da Assembleia Constituinte, a questão voltou à tona, quando da discussão do projeto de Muniz Tavares sobre a naturalização dos estrangeiros. Por este, eram declarados cidadãos brasileiros todos os portugueses que residissem no Brasil e manifestassem a intenção de permanecerem, tendo dado “provas de adesão à sagrada causa da independência do Brasil e à augusta pessoa de Sua Magestade Imperial”. O projeto ainda autorizava o governo, pelo espaço de três meses a partir de sua publicação, a imediatamente expulsar para o seu país de origem aqueles que assumissem conduta suspeita. O projeto suscitou novos debates e deixou insatisfeitos aos brasileiros, que o achavam insuficiente, e aos portugueses, que se sentiam prejudicados em seus interesses econômicos e políticos⁶⁴. Os portugueses de nascimento, por seu turno, sentiam-se ofendidos pelas dívidas sobre a fidelidade deles à “causa brasileira”⁶⁵. Talvez porque, mais presos à tradição, identificassem esta causa prioritariamente ao imperador e às instituições do Império, que julgavam preservar das Cortes, relegando a terra de origem a um segundo plano. E contavam com a simpatia de D. Pedro, nascido no palácio de Queluz, nos arredores de Lisboa, e encrespado pelos mesmos motivos. A polémica decorreu não tanto da letra do projeto e, sim, das sensibilidades envolvidas. Em verdade, os brasileiros estavam agastados com o imperador, cujas atitudes mais recentes favoreciam os portugueses do seu círculo imediato, e aproveitavam a ocasião para, indiretamente, denunciar a situação. Assim, no momento da constituição do Império do Brasil, sobretudo na Corte, ser português, regra geral, significava ser o inimigo de uma construção política independente e identitária da nação brasileira.

* * *

64. *Diário da Assembleia Geral Constituinte* ... (v. 1), sessão de 19 de junho de 1823, p. 244.

65. *Diário da Assembleia Geral Constituinte* ... (v. 1), sessão de 19 de junho de 1823, p. 253.

Ao longo do século XIX, o Brasil foi sujeito e objeto de imagens e representações, a partir das quais, consciente ou inconscientemente, por imitação ou rejeição, construiu-se o imaginário da nova nação nos trópicos. Alteridade e identidade funcionaram, assim, em conjunto, na fabricação do sistema de representações sobre o português, que serviu para a construção do próprio sentido de Brasil, a partir da Independência⁶⁶.

Assim, naquela conjuntura que se seguiu à Independência, quando a constante presença dos naturais de Portugal no país e a crescente oposição ao imperador fizeram aflorar novamente os antigos problemas coloniais, que opunham os reinóis aos nascidos no Brasil, estimulou-se a aversão pelo português como inimigo do novo país, emprestando um novo significado para brasileiro. Naquele momento, o português transformou-se justamente no *outro*, isto é, no estrangeiro com o qual havia a possibilidade de conflito, convertendo-se, por conseguinte, no *inimigo*⁶⁷. O português era considerado como a nacionalidade estranha e inimiga⁶⁸.

66. Cf. Robert Frank, *Histoire des relations internationales et images*, in Maria Matilde Benzoni, Robert Frank & Silvia Maria Pizzetti, *Images des peuples et histoire des relations internationales du XVI^e siècle à nos jours*, Milano/Paris, Edizioni Unicopli/Publications de la Sorbonne, 2008, p. XV-XX. 67. Cf. C. Schmitt, *O conceito do político*, Petrópolis, Vozes, 1992, p. 51-53. Cf. ainda Lucia Maria Bastos P. Neves & Tania Maria Tavares Besone da C. Ferreira, *Brasil, Portugal et France: Représentations imaginées* (1808-1864), in Maria Matilde Benzoni, Robert Frank & Silvia Maria Pizzetti, *Images des peuples* ... p. 253-269; Lúcia Maria Bastos P. Neves, *Nação*, in Ronaldo Vainfas (dir.), *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889), Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, p. 544-547.

68. Para a historiografia mais recente, brasileiro pode significar aquele que aderiu à causa nacional. Ver Gladys Sabina Ribeiro, *A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e Conflitos Antilusitanos no Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro: Faperj/Relume Dumará, 2002. Ou, em outra abordagem, a perspectiva de que as identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano ligavam-se mais às representações de uma ideia de América. Para essa visão, ver João Paulo Garrido Pimenta, *Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano*.

Em realidade, foram as lutas políticas do Primeiro Reinado, que, ao revolver antigos ressentimentos, converteram de forma definitiva a aversão e desprezo dos americanos pelos europeus na identificação do português como inimigo do novo país, em-prestando, assim, por exclusão, um novo significado para brasileiro. O adjetivo, contudo, somente de converteu em substantivo quando as elites políticas e intelectuais definiram uma ideia de nação, de que se encarregou a primeira geração romântica, reunida em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), ao valorizar a natureza tropical e o indígena.

Portanto, o conceito de *brasileiro*, resultado da experiência histórica, emprestou aos habitantes do Império do Brasil uma ferramenta para compreender seu processo histórico como identidade distinta de Portugal e dos portugueses, afastando-se da tradição lusitana a que pertencia, justamente o *campo de experiência* adquirido durante o período colonial e primeiras décadas do século XIX. Por outro lado, nos termos de Koselleck, viabilizava-se, desse modo, a criação do *horizonte de expectativa* da nova nação e da nova identidade, que cabia construir.⁶⁹

6.

LA CONSTRUCCIÓN DEL CONCEPTO DE
IDENTIDAD VASCO-ESPAÑOLA:
LA REVISTA EUSKAL-ERRIA DE SAN
SEBASTIÁN (1880-1918)¹

Pedro José Chacón Delgado

Presentación de la revista

La *Revista Euskal-Erria* de San Sebastián es sin duda la más longeva y densa de todas las publicadas en el País Vasco de la época. Se publicó sin interrupción entre 1880 y 1918, 38 años seguidos. La periodicidad que acabó imponiéndose fue la de dos números por mes. El último ejemplar de la revista, aparecido el 30 de diciembre de 1918, hizo el número 1215. Se encuadernó por volúmenes cada seis meses, con sus correspondientes índices y paginación correlativa. El resultado final fue una impresionante colección impresa de 79 gruesos volúmenes que reúnen más de 45.000 páginas de texto y documentación gráfica. La revista está completamente digitalizada en la página web de la biblioteca Koldo Mixelena de San Sebastián y además con el sistema OCR incorporado, que permite realizar en ella búsquedas de términos. La *Revista Euskal-Erria* tuvo cuatro directores a lo largo de su historia, que se fueron sucediendo unos a otros por defunción consecutiva de los mismos, de modo bastante prematuramente en el caso de los tres primeros: el fundador y director durante los cuatro primeros años de la revista fue José Manterola, que falleció en 1884 a los treinta y cinco años. Le sucedió el que por más

¹ *Almanack Brasileiro*, São Paulo, nº 03, maio 2006, p. 69-80. Disponível em <<https://goo.gl/ZQJZ1C>>. Acesso em 20 de abril de 2014.

⁶⁹ Koselleck. *Le futur passé* ..., p. 307-329.